



PARECER PRÉVIO Nº 56/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 10054/2012.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Itapiranga
- 4- **Exercício:** 2011
- 5- **Responsável:** Nadiel Serrão do Nascimento (Prefeito Municipal)
- 6- **Advogado:** Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331 e Tábatta Lorena Coelho Guimarães - OAB/AM 7.789
- 7- **Unidade Técnica:** Dicami e Dicop
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Despacho nº 43/2017-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual Prefeitura Municipal de Itapiranga Exercício de 2011.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das contas do exercício de 2011 do **Sr. Nadiel Serrão do Nascimento** - Prefeito Municipal de Itapiranga, nos termos do art. 31, §1º e 2º, da CF/88 c/c art. 127, da CE/89, art. 18, I, da Lei Complementar nº 06/91, art. 1º, I, e art. 29, da Lei Orgânica TCE-AM e art. 3º, da Resolução nº TCE nº 09/97.

- 11- **Ata:** 42ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 12 de Dezembro de 2018
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).
- 14- **Representante do Ministério Público:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

PARECER PRÉVIO Nº 56/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Conselheiro-Convocado

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 56/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 56/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 10054/2012.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Itapiranga
- 4- **Exercício:** 2011
- 5- **Responsável:** Nadiel Serrão do Nascimento (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331 e Tábatta Lorena Coelho Guimarães - OAB/AM 7.789
- 7- **Unidade Técnica:** Dicami e Dicop
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Despacho nº 43/2017-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual Prefeitura Municipal de Itapiranga Exercício de 2011.

Irregularidade. Multa. Alcance. Inscrição na Dívida Ativa. Comunicação. Recomendação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, "a" item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do exercício de 2011 do **Sr.Nadiel Serrão do Nascimento** - Prefeito e Ordenador das Despesas, nos termos do art. 1º, II, 22, I da Lei nº 2.423/1996 e artigo 188, § 1º, I, da Resolução TCE nº 04/2002;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Nadiel Serrão do Nascimento** no valor de **R\$ 2.192,06**, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**, com fundamento no art. 308, II do Regimento Interno do TCE/AM pelos itens 01 e 02.
Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo**



ACÓRDÃO Nº 56/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 56/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.3. Aplicar Multa ao Sr. Nadiel Serrão do Nascimento** no valor de **R\$ 4.384,12**, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**, nos termos do art. 54, inciso III da LO-TCE/AM c/c art. 308, inciso V do RITCE/AM, pelo item 11.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.4. Aplicar Multa ao Sr. Nadiel Serrão do Nascimento** no valor de **R\$ 8.768,25**, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**, pelo descumprimento do disposto no artigo 165, § 3º da CF/88, c/c art. 156 § 1º, da Constituição Estadual do Amazonas; art. 94 da Lei nº 4.320/64; no art. 103 da Lei Municipal nº 121/2003; Anexo II da Lei Municipal nº 157/2007; Lei municipal nº 121/2003; Lei nacional nº 8.212/91; piso salarial dos professores, nos termos da Lei nacional nº 11.738/2008, em seu art. 2º, caput e §3º, art. 5º paragrafo único; art. 37, inciso XVI da Constituição Republicana; art. 9 do Estatuto dos Servidores Públicos (Lei Municipal nº 157/2007) c/c o art. 11, § 2º do Plano de Cargos e Salários dos Servidores (Lei Municipal nº 121/2003); art. 71, inciso III da CF; item 2.3.3.1.2 do edital de onde decorreu o Contrato nº 007/2011; art. 6º, inciso IX, "f" c/c art. 7º, § 2º, II e III; art. 21; art. 38, caput, incisos II, VI e paragrafo único; art. 40, §2º, inciso III; Art. 58, inciso III; art. 62, caput, §§ 2º e 8º; arts. 67 à 70; art. 67, § 1º; e 112; todos da Lei nacional nº 8.666/93; art. 9º da LRF (LC nº 101/00); LC 123/06 (Lei das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte); arts. 58, 60 e 61 da Lei 4320/64; arts. 1º, 2º e 3º da Lei Federal N.º6.496/77 c/c o arts. 1º, 2º e 3º da Resolução N.º425/98 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o



ACÓRDÃO Nº 56/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 56/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.5. Considerar em Alcance ao Sr. Nadiel Serrão do Nascimento** no valor de **R\$ 42.359,85** que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o Órgão Prefeitura Municipal de Itapiranga nos termos do art. 5º, caput, da Lei nacional nº 8.429/1992 c/c art. 304, inciso VI do Regimento Interno, pelo item 11.
- 10.6. Autorizar Inscrição na Dívida Ativa do Sr. Nadiel Serrão do Nascimento**, em caso de não recolhimento dentro do prazo estabelecido nos termos do art. 73 da Lei nº 2.423/96, art. 169, II, art. 173, e § 6º do art. 308, todos da Resolução nº 04/2002- TCE.
- 10.7. Comunicar à Sec. da Receita Federal do Brasil**, com base no art. 2º da Lei nº 11.457/07, para adoção de medidas pertinentes, acerca das divergência entre a base de cálculo do INSS demonstrado na folha de pagamento mensal e o valor informado mensalmente na GFIP, assim como o número de servidores, nas competências de janeiro a dezembro de 2011.
- 10.8. Recomendar ao Sr. Nadiel Serrão do Nascimento**, bem como, ao atual Prefeito Municipal de Itapiranga que:
- 10.8.1.** Cumpra os prazos para remessa de dados eletronicamente quanto aos sistemas E-contas e Gefis;
 - 10.8.2.** Observe o correto e completo preenchimento das informações nos Sistemas deste TCE/AM;
 - 10.8.3.** Observe com mais zelo a Lei de Licitações e Contratos.
 - 10.8.4.** Evite a movimentação de grande volume de recursos financeiros em espécie;
 - 10.8.5.** Observe com mais rigor as normas brasileiras de contabilidade quanto a correta escrituração e elaboração das demonstrações contábeis.
 - 10.8.6.** Observe com maior rigor o que determina o art. 12 da Lei n. 4320/64;
 - 10.8.7.** Zele pelo fiel registro das receitas tributárias municipais;
 - 10.8.8.** Proceda a instalação, alimentação e manutenção de sistema de



ACÓRDÃO Nº 56/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 56/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

controle de bens em estoque;

10.8.9. Proceda os repasse das retenções previdenciárias dentro dos prazos definidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

10.9. Dar ciência deste Acórdão ao **Sr. Nadiel Serrão do Nascimento**.

10.10 Arquivar os presentes autos nos termos regimentais após cumpridas as medidas supra.

11- Ata: 42ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 12 de Dezembro de 2018

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público: Dra. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral